

# **EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

ENVIRONMENTAL EDUCATION IN A BUSINESS ADMINISTRATION  
UNDERGRADUATE COURSE

EDUCACIÓN AMBIENTAL EN EL CURSO DE ADMINISTRACIÓN

**Daniel Ferreira dos Santos**

Mestrando em Administração  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR  
danielsantos927@hotmail.com

**Vitor Ribeiro de Carli**

Bacharel em Administração  
videcarli@hotmail.com

**Aguinaldo Ferreira dos Santos**

Bacharel em Gestão da Qualidade  
aguinaldosantos18@yahoo.com.br

**Michael Dias Correa**

Mestre em Contabilidade  
Universidade Positivo  
micdias@hotmail.com

**Tatiane Antonovz**

Mestre em Contabilidade  
Faculdade Estácio de Curitiba  
tatiane152@hotmail.com

## **RESUMO**

O presente artigo aborda o tema da educação ambiental no curso de administração. Contextualizou-se a relação atual do homem com o planeta Terra, o surgimento das questões socioambientais, assim como a importância dessas questões para o futuro da humanidade. Foi realizada uma pesquisa qualitativa, exploratória, de campo, tendo como universo o acadêmico do curso de administração da Universidade Positivo. Buscou-se compreender o impacto da educação ambiental durante o curso sobre os alunos como futuros administradores. Foi possível concluir que o impacto da educação ambiental tem sido pouco satisfatório na formação dos alunos. Além disso, observou-se o não cumprimento da lei educacional nacional número 9.795 de 27 de abril de 1999 e dos direitos humanos internacionais, conforme discriminado nesta pesquisa.

**Palavras-chave:** Educação socioambiental. Alunos do curso de administração. Curso de administração.

**ABSTRACT**

The present article deals with the theme of environmental education the business administration undergraduate course. It was contextualized the present relation between the human beings and the planet Earth, the emergence of environmental issues, as well as the importance of these issues for the future of humanity. A qualitative, exploratory, and field research was conducted, having as its universe undergraduate students of the business administration course at Universidade Positivo. It was sought to understand the impact of environmental education during the course on the students as future administrators. It was possible to conclude that the impact of environmental education has been little satisfactory on the students' formation. In addition, it was observed the non-fulfillment of the national educational law number 9795 of April 27, 1999 and of international human rights, as discriminated in this study.

**Key words:** Socio-environmental education. Business administration undergraduate students. Business administration.

**RESUMEN**

El presente artículo versa sobre el tema de la educación ambiental en el curso de administración. Se contextualiza la actual relación del hombre con el planeta Tierra, la aparición de los problemas ambientales, así como la importancia de estas cuestiones para el futuro de la humanidad. Se realizó una investigación cualitativa, exploratoria, de campo, teniendo como universo académico el curso de administración de la Universidad Positivo. Se buscó comprender el impacto de la educación ambiental durante el curso sobre los alumnos como futuros administradores. Fue posible concluir que el impacto de la educación ambiental es insatisfactorio en la formación de los estudiantes. Además, se observó que el no cumplimiento de ley de educación nacional número 9.795 de 27 de abril de 1999 y de los derechos internacionales, conforme discriminado en esta investigación.

**Palabras-clave:** Educación socio ambiental. Alumnos del Curso de Administración. Curso de Administración

## **INTRODUÇÃO**

O *feedback* da natureza e das condições da sociedade tem alertado, há mais de 100 anos, a espécie humana sobre os prejuízos do seu comportamento. A intensidade desses alertas aumentou progressivamente à medida que não foi dada a devida atenção, com respostas e medidas humildes e isoladas, aos problemas socioambientais.

O presente artigo foi baseado no tema da Educação Ambiental no curso de administração e, com base em um referencial teórico e empírico, empreendeu-se uma pesquisa visando identificar os reflexos da Educação Ambiental para os acadêmicos do curso de Administração de uma Universidade particular. Estabeleceu-se, então, a seguinte pergunta de pesquisa:

“Qual o reflexo da Educação Ambiental para os acadêmicos do curso de Administração?”

No intuito de responder à pergunta, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Compreender como se deu o início e o desenvolvimento das discussões sobre a problemática socioambiental na sociedade;
- b) Verificar quais são os principais desafios socioambientais do ser humano no século XXI;
- c) Abordar as questões socioambientais sob a ótica Econômica e Política;
- d) Estudar quais as implicações das questões socioambientais para as organizações do século XXI;
- e) Contextualizar a política brasileira de Educação Ambiental no ensino superior em administração;
- f) Identificar quais os reflexos da educação socioambiental na formação do acadêmico em administração.

A pesquisa se observou necessária face aos desafios ambientais que ameaçam as condições de sobrevivência das gerações futuras, da população mundial e da degradação dos sistemas naturais de suporte à vida no planeta. Foi preciso compreender o conhecimento socioambiental do graduando em administração da Universidade estudada para identificar como se dá sua formação e qual o seu preparo para enfrentar tais

problemas.

Portanto, uma vez que a atividade administrativa abrange um considerável leque de áreas de atuação, os graduandos em administração poderão se transformar nos novos dirigentes intelectuais e políticos, nos diretores e proprietários empresariais ou fazer parte do corpo docente das universidades, tornando-se importantes agentes no enfrentamento dos problemas socioambientais.

Foi na década de 1970 que a questão ambiental tomou espaço na política e na economia mundial, se intensificando na consciência da população internacional. Nesse período o Brasil era dominado pelo governo militar que visava, acima de tudo, o desenvolvimento econômico desenfreado, batizado de “o milagre econômico”. As questões sociais e ambientais passaram a ser neste contexto, obstáculos para o modelo de governo vigente, sendo pouco incentivadas no âmbito educacional. (SAITO, 2002).

Já a década de 1980 trouxe mudanças na estrutura sociopolítica do país a partir do processo de redemocratização. Em 1981 já era visível o crescimento da questão ambiental no país com o advento, em 31 de agosto, da Lei 6.938, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente e o Sistema Nacional do Meio Ambiente. Mais tarde, em 1988, a promulgação da nova Constituição Federal contribuiu para a ampliação dos debates políticos no país em torno da questão ambiental e dos modelos de educação que deveriam ser aplicados pelas instituições de ensino. (SAITO, 2002).

A Lei 6.938, de 1981, em seu art. 2º, X, prescreve a “Educação Ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente”. (MILARÉ, 2007, p.499).

Na década de 1990, o debate sobre a disciplinarização da Educação Ambiental ganha um desfecho final com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, que terminaram consolidando a posição do Conselho Federal de Educação de 1987 de não constituir a Educação Ambiental como disciplina específica, tendo adquirido em sua formulação final o caráter de tema transversal, apresentado pelos PCNs. A própria Lei 9.795/99 reafirma esse posicionamento em seu artigo 10, parágrafo primeiro: “A Educação Ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino”. Apesar dessa decisão, o final da década de 1990 e o início do novo século reintroduzem a Educação Ambiental nos currículos escolares, sob novo enfoque, agora

compondo uma parte diversificada e flexibilizada do currículo escolar. (SAITO, 2002, pág.49).

Em 1996 é inserida na Educação Ambiental a Lei 9.394, Lei das Diretrizes e Bases na Educação Nacional (LDB), que institui a Educação Ambiental no currículo da Educação Fundamental, na modalidade de tema transversal (meio ambiente). (MILARÉ, 2007).

Mais tarde, a instituição da Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, ampliou os horizontes da Educação Ambiental no Brasil, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental, regulamentada pelo Decreto 4.281 de 22 de junho de 2002. Em seu art.2º, a Lei 9.795/1999, institui que “a Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal”. (MILARÉ, 2007, pág. 500-501).

Como esclarece o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 (Brasil, 2006), não existe país que possa atingir desenvolvimento e independência sem possuir sistema de educação superior forte. Mesmo porque o mundo atual, em extremo dinamismo, tem no conhecimento a sua base. (SOLANGE, 2007).

Grande parte das atribuições na área da educação superior no Brasil compete à União. Em 1995 o advento das Leis nº 9.131 e nº 9.192 e de sua regulamentação ampliou o poder regulamentar federal no controle das atividades de ensino, reforçado em dezembro de 1996 pela Lei nº 9.394, chamada “Lei Darcy Ribeiro”. (RANIERI, 2000).

São complexas as relações que se estabelecem na área da educação superior entre a União e os Estados Federados, e entre a União e as Instituições de ensino superior, públicas e privadas, devido à constante oposição do controle federal – expresso por meio de medidas provisórias, decretos, resoluções, portarias e deliberações aparentemente legitimados pela exigência da garantia de qualidade de ensino – à autonomia dos entes federados, das universidades e da iniciativa privada. (RANIERI, 2000, p.25).

O mundo é um sistema em constante mutação assim como seus sistemas, a sociedade e suas tradições, costumes religiosos, padrões de prestígio etc. Para adaptar e atualizar o ensino nas conformidades dos padrões de cada época, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) promoveu em 1998, a Conferência Mundial sobre Educação Superior, estabelecendo “princípios fundamentais”

para uma ampla reforma dos sistemas nacionais de ensino superior, baseados em critérios de equidade, justiça, solidariedade e liberdade, e que informam a Declaração Mundial sobre a Educação Superior para o século XXI: Visão e Ação. (RANIERI, 2000, p.43).

De um modo geral a declaração destaca a importância da educação nos aspectos socioculturais e no desenvolvimento econômico, enfatizando a equidade de acesso, mediante critérios de mérito, invocando o artigo XXVI da Declaração Universal dos Direitos Humanos. (RANIERI, 2000, p.43).

A promulgação da Constituição de 1988 e a sanção da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 intensificaram o crescimento do segmento de educação superior no Brasil, que teve, entre os anos de 1994 e 2003, um aumento de 118,4% no número de Instituições de Ensino Superior (IES), passando de 851 para 1.859 instituições. (SOLANGE, 2007, p.10-11).

Todas estas funções podem contribuir para o desenvolvimento sustentável. Na qualidade de centros autônomos de pesquisa e criação do saber, as universidades podem ajudar a resolver certos problemas de desenvolvimento que se põem à sociedade.

São elas que formam os dirigentes intelectuais e políticos, os futuros diretores empresariais, assim como grande parte do corpo docente. No âmbito do seu papel social, as universidades podem pôr sua autonomia a serviço do debate das grandes questões éticas e científicas com as quais se confrontará a sociedade de amanhã e fazer a ligação com o resto do sistema educativo, oferecendo aos adultos a possibilidade de retomar os estudos e desempenhando a função de centros de estudo, enriquecimento e preservação da cultura. (DELORS, 2001, p.141).

O estudo aqui apresentado tem natureza exploratória e tem a finalidade de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, visando à formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Estes estudos normalmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas e estudos de caso. “De todos os tipos de pesquisa são as que apresentam menor rigidez no planejamento”. (GIL, 1999, p.43).

Quanto aos procedimentos de coleta de dados, a pesquisa é do tipo levantamento, uma vez que, segundo Santos (1999) buscam-se informações diretamente

com um grupo de interesse, no presente caso os acadêmicos do curso de administração de uma determinada Universidade Particular, e é geralmente desenvolvida por meio da seleção de uma amostra significativa e em seguida pela aplicação de formulários ou questionários.

Como é da natureza de todo trabalho científico, esse artigo baseia-se em uma pesquisa que apresenta algumas limitações. Observa-se o fato de que não se acompanhou um mesmo grupo fechado de indivíduos ao longo dos quatro anos letivos da graduação em administração. Uma vez que mudanças nos métodos de ensino e na grade curricular do curso ocorrem de tempos em tempos, os alunos que estão no primeiro período do curso não receberam a mesma educação que os alunos que já estão finalizando a graduação.

Dessa forma a pesquisa foi realizada com grupos diferentes que, em diferentes etapas do curso, que receberam diferentes conhecimentos educacionais, o que impossibilitou um acompanhamento linear preciso para as práticas socioambientais dos indivíduos.

A população considerada nesta pesquisa é composta pelos acadêmicos em administração de uma Universidade Privada. Destes foram selecionados aleatoriamente 90 alunos, sendo 45 do turno da manhã e 45 do período noturno, de um total aproximado de 1000 matriculados no curso em novembro de 2010, o que corresponde uma amostra de aproximadamente 9% do total da população, distribuídos entre os seguintes períodos:

- a) 1º Período, 30 alunos
- b) 4º Período, 30 alunos
- c) 8º Período, 30 alunos

Foi utilizado como instrumento de coleta de dados o questionário, técnica a partir da qual o informante escreve ou responde por escrito a um elenco de questões cuidadosamente elaboradas. Esse instrumento tem a vantagem de poder ser aplicado simultaneamente a um grande número de informantes, garantindo seu anonimato, o que representa outra vantagem apreciável. (RUIZ, 1996).

Na sequência são apresentados os pontos identificados na pesquisa, iniciando pelos dados e os seus devidos resultados.

Para a obtenção dos resultados, foi utilizado um questionário estruturado para levantar dados que pudessem identificar diferentes fatores que compõe a prática socioambiental de um indivíduo. Formado por um conjunto de 13 questões objetivas e 1 questão aberta, o questionário foi aplicado de maneira aleatória, no mês de novembro de 2010, entre os dias 09 e 11, aos alunos dos períodos selecionados, em suas respectivas salas de aula.

## RESULTADOS

A seguir serão apresentados os resultados obtidos mediante a interpretação e análise dos questionários válidos, aplicados e respondidos pelos alunos de administração da Universidade Particular.

Conforme os gráficos 1 e 2 a seguir, verificou-se que a distribuição dos alunos entre os períodos, assim como o turno em que estudam, foi completamente homogênea, o que possibilitou uma compreensão equilibrada das informações.

Tabela 1 – Período do aluno

Qual é o período que você esta matriculado?	Frequência	%
1º Período	30	33,3%
4º Período	30	33,3%
8º Período	30	33,3%
<b>Total</b>	<b>90</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Os autores (2010)

Tabela 2 - Turno do aluno

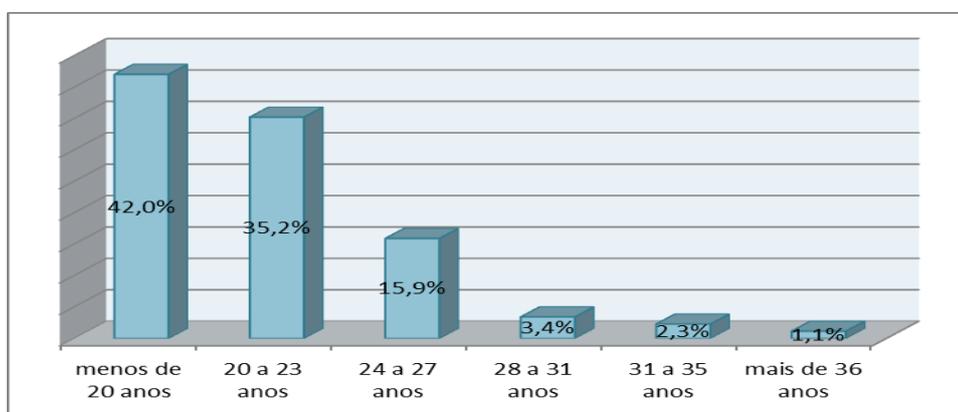
Em qual turno você esta matriculado?	Frequência	%
Manhã	45	50,0%
Noite	45	50,0%
<b>Total</b>	<b>90</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Os autores (2010)

Com relação ao período dos respondentes, observa-se que 30 alunos do 1º, 4º e 8º períodos responderam a pesquisa, o que mostra uma distribuição homogênea entre o começo, meio e final do curso de graduação, e o mesmo ocorre com o turno dos alunos, sendo 45 do matutino e 45 do noturno.

Já dos 90 pesquisados 88 responderam a pergunta sobre a idade. Conforme demonstrado no gráfico 2 a seguir.

Gráfico 2 – Idade dos alunos



Fonte: Os autores (2010)

A maioria possuía menos de 23 anos, sendo que de 20 a 23 anos representaram 35,2% do total, e menos de 20 anos representava 42,0 % do total. Os alunos na faixa entre 24 a 27 anos representaram 15,9% dos respondentes e, formando o menor grupo, os alunos de 27 anos ou mais corresponderam a 6,8% do total de alunos. Esses dados revelaram uma média de idade de 21,67 anos.

Buscou-se, então, verificar o número de alunos que já haviam tido algum contato com o tema socioambiental antes de ingressar na universidade, conforme a tabela 3, assim como a qualidade desse contato, tabela 4, a fim de conhecer a aproximação e a preparação dos acadêmicos quanto ao tema ao ingressarem na Universidade.

**Tabela 3 - Contato com o tema no ensino médio**

Você entrou em contato com o tema socioambiental no ensino médio?	Frequência	%
Sim	47	52,2%
Não	43	47,8%
<b>Total</b>	<b>90</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Os autores (2010)

Conforme a tabela 3 constatou-se que 52,2% dos alunos tiveram algum contato com o tema no Ensino Médio, enquanto que 47,8% não tiveram contato algum com o tema.

Dos 47 alunos (52,2% da amostra), conforme a tabela 3, que disseram ter tido contato com o tema no ensino médio, a maioria deles, 46,8%, respondeu que esse contato “Provocou um pensamento temporário sobre o tema”; 27,7% disse que o contato foi “Insuficiente para que viesse a pensar no assunto”. Em 23,4% dos alunos o contato “Provocou uma reflexão mais intensa, mas não uma ação”, e em apenas 2,1% dos alunos o contato “Estimulou o engajamento em atividades relacionadas ao socioambientalismo”.

**Tabela 4 - Qualidade do contato no ensino médio**

Pode-se afirmar que o contato com o tema obtido no ensino médio foi:	Frequência	%
Provocou um pensamento temporário sobre o tema	22	46,8%
Insuficiente para que eu venha/viesse a pensar no assunto	13	27,7%
Provocou uma reflexão mais intensa, mas não uma ação	11	23,4%
Estimulou-me a engajar em atividades relacionadas ao socioambientalismo	1	2,1%
<b>Total</b>	<b>47</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Os autores (2010)

Uma vez que se verificou a existência ou não de um ensino socioambiental prévio, buscou-se verificar o contato com o tema no curso de Administração na Universidade em estudo, assim conforme verificado a seguir.

A tabela 5 a seguir buscou identificar quantos alunos do curso de administração tiveram contato com o tema socioambiental na universidade.

Tabela 5 - Contato com o tema no curso de administração

Você teve contato com o tema socioambiental neste curso de administração?	Frequência	%
Sim	57	63,3%
Não	33	36,7%
<b>Total</b>	<b>90</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Os autores (2010)

Todos os pesquisados responderam a questão e constatou-se que 63,3% dos alunos tiveram algum contato com o tema socioambiental no curso de administração, enquanto que 36,7% disseram não terem tido contato com o tema.

Após verificar o número de pessoas que tiveram esse contato na universidade, o próximo passo foi descobrir a qualidade, conforme a tabela 6 a seguir.

Tabela 6 - Qualidade do contato no curso de administração

Pode-se afirmar que o contato com o tema obtido neste curso foi:	Frequência	%
Provocou uma reflexão mais intensa, mas não uma ação	23	40,4%
Provocou um pensamento temporário sobre o tema	16	28,1%
Estimulou-me a engajar em atividades relacionadas ao socioambientalismo	12	21,1%
Insuficiente para que eu venha/viesse a pensar no assunto	6	10,5%
<b>Total</b>	<b>57</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Os autores (2010)

De acordo com os dados coletados, dos 57 alunos (63,3% da amostra) que disseram ter tido contato no curso de administração, em 40,4% esse contato “Provocou uma reflexão mais intensa, mas não uma ação”; em 28,1% “Provocou um pensamento temporário sobre o tema”. Em 21,1% o contato foi mais intenso e “Estimulou um engajamento em atividades relacionadas ao socioambientalismo” e, para 10,5%, o contato foi “Insuficiente para que viesse a pensar no assunto”.

Procurou-se, em seguida, verificar a quem os acadêmicos creditariam o seu conhecimento sobre as atividades socioambientais e constatou-se, conforme a tabela a seguir, que 29% dos acadêmicos creditaram esse conhecimento tanto a sua “Iniciativa própria” quanto à “Universidade”; 22,2% responsabilizaram a “Comunidade” pelo seu conhecimento socioambiental; e 11,7% disseram ser a “Empresa em que trabalha ou trabalhou” a parte responsável; 8% dos alunos atribuíram ao “Governo” o crédito ao seu

conhecimento socioambiental.

Tabela 7 - Crédito ao conhecimento socioambiental

<b>Você credita o seu conhecimento sobre atividade socioambiental a quais destes elementos?</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Iniciativa privada	47	29,0%
Universidade	47	29,0%
Comunidade	36	22,2%
Empresa que trabalha/trabalhou	19	11,7%
Governo	13	8,0%
<b>Total</b>	<b>162</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Os autores (2010)

Esses números mostram que a iniciativa própria e a universidade são os grandes responsáveis pelo conhecimento adquirido pelos alunos de administração no que tange o tema socioambiental. Tal conhecimento não necessariamente é traduzido por disciplinas, mas pode ser revelado até mesmo pelas ações socioambientais da Universidade, como reciclagem, programas de economia de energia, entre outros que são praticados.

O entendimento dos acadêmicos quanto suas práticas socioambientais foram reveladas pela tabela 8 a seguir.

Tabela 8 - Práticas socioambientais

<b>Qual das alternativas está mais associada as suas práticas socioambientais?</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Tenho que conhecer mais para me envolver com as questões socioambientais	53	52,5%
Já estou envolvido e participo, timidamente, de ações socioambientais.	21	20,8%
Estou convencido que estas ações são obrigações governamentais	10	9,9%
Não tenho tempo para essas praticas	8	7,9%
Não tenho tempo para pensar no assunto	5	5,0%
Participo ativamente de ações socioambientais	4	4,0%
<b>Total</b>	<b>101</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Os autores (2010)

Observou-se que 52,5% dos alunos entendem que “Têm que conhecer mais para se envolver com as questões socioambientais”; 20,8% disseram “Já estarem envolvidos e participarem, timidamente, de ações socioambientais”; 9,9% dos acadêmicos estão convencidos de que as “ações socioambientais são obrigações governamentais”; 5,0% responderam “não ter tempo para pensar no assunto”; e somente 4,0% dos alunos

disseram “participar ativamente de ações socioambientais”.

Uma vez que se constataram as práticas socioambientais, buscou-se verificar qual o sentimento de preparação dos acadêmicos para discutir o tema socioambiental no ambiente empresarial e no ambiente universitário, resultando a distribuição de frequência a seguir, detalhada nas tabelas 9 e 10.

**Tabela 9 - Habilitação para discutir o tema na empresa**

<b>Se o tema socioambiental é discutido na empresa, como você se sente para discutir o assunto?</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Sem resposta	2	2,2%
Sinto-me pouco preparado para discutir o assunto	42	46,7%
Sinto-me preparado para discutir o assunto	32	35,6%
Não me sinto preparado para discutir sobre o assunto	14	15,6%
Conheço muito bem o tema e sou chamado para discuti-lo	0	0,0%
<b>Total</b>	<b>90</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Os autores (2010)

**Tabela 10 - Habilitação para discutir o tema na universidade**

<b>Se o tema socioambiental é discutido na universidade, como você se sente para discutir o assunto?</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Sem resposta	1	1,1%
Sinto-me pouco preparado para discutir o assunto	46	51,1%
Sinto-me preparado para discutir o assunto	31	34,4%
Não me sinto preparado para discutir sobre o assunto	12	13,3%
Conheço muito bem o tema e sou chamado para discuti-lo	0	0,0%
<b>Total</b>	<b>90</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Os autores (2010)

Constatou-se que o sentimento de habilitação na discussão do tema foi bem semelhante nos dois ambientes. Para a discussão na empresa, 46,7% dos alunos assumiram estar “pouco preparados para discutir o assunto”, contra 51,1% no ambiente universitário; 35,6% dos acadêmicos sentiram-se “preparados para discutir o assunto” na empresa, enquanto que na universidade 34,4%. Ainda 15,6% dos alunos responderam “não se sentirem preparados para discutir o assunto” na empresa, para 13,3% com o mesmo sentimento no ambiente acadêmico. Nenhum acadêmico respondeu “conhecer muito bem o tema e ser chamado para discuti-lo”, tanto na empresa quanto na universidade.

Por meio da próxima questão foi possível verificar com respostas abertas as ações socioambientais praticadas pelos alunos, discriminadas a seguir pela tabela 11.

As respostas foram variadas, mas encontrou-se a “separação do lixo” como principal resposta, compondo 5,6% do total. Embora escrito de diferentes formas, os atos de “separar o lixo”, participarem da “coleta seletiva de lixo” e outras atividade envolvendo o lixo como “reciclagem”, participou de 11 das 17 respostas, correspondendo a 64,7% do total das respostas. A grande maioria composta por 81,1% dos alunos não respondeu a questão, revelando o baixo índice de pessoas que participam ativamente dessas questões.

**Tabela 11 - Ações socioambientais**

<b>Se você já participa de ações socioambientais, quais são?</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Não	73	81,1%
Separação do lixo	5	5,6%
Reciclar o lixo, no trabalho reduzir o consumo de copos plásticos	1	1,1%
Projeto reflorestamento	1	1,1%
Participo por meio do Astra Club e em uma comunidade na vila oficinas com um cooperativa de reciclagem	1	1,1%
Visita técnica	1	1,1%
Separo lixo em casa, faculdade, trabalho	1	1,1%
Separo lixo em casa, dia-a-dia controlo gastos de luz e agua para evitar desperdícios	1	1,1%
Cultivo de plantas exóticas e etnogenias	1	1,1%
Coleta seletiva do lixo enviada para centros de triagem, destino para reciclagem do papel da empresa	1	1,1%
Coletas seletivas campanhas educativas	1	1,1%
Junior Achievement, projeto de sustentabilidade.	1	1,1%
Faço atividade voluntaria e trabalho com responsabilidade social	1	1,1%
Em casa e no dia-a-dia faço com ações básicas	1	1,1%
<b>Total</b>	<b>90</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Os autores (2010)

Ao serem questionados sobre suas práticas socioambientais antes do ingresso na universidade, os acadêmicos de administração apresentaram os seguintes resultados, conforme a tabela a seguir.

Tabela 12 - Práticas socioambientais antes da universidade

Você participou de ações socioambientais, antes de entrar na universidade?	Frequência	%
Não	75	83,3%
Sim	15	16,7%
<b>Total</b>	<b>90</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Os autores (2010)

Conforme observado, 83,3% dos alunos responderam não terem participado de atividades socioambientais antes de entrar na Universidade, e 16,7% disseram ter participado de alguma ação socioambiental.

## CONCLUSÕES

Essa pesquisa teve como objetivo compreender os reflexos da Educação Ambiental nos acadêmicos de administração, mas uma barreira surgiu quando se constatou que 36,7% dos alunos sequer obtiveram contato com o tema no curso de administração. Tal fato pode ser justificado por falta de percepção das ações ou até mesmo falta de interesse em compreendê-las e participar das mesmas

A Lei 9.795 de 27 de abril de 1999 estabelece a Educação Ambiental a todos os níveis de ensino. Por meio das respostas de 90 alunos, foi possível perceber a falta de compromisso das entidades de ensino com a Constituição Federal de 1988, uma vez que 47,8% dos pesquisados não tiveram contato algum com o tema socioambiental no Ensino Médio, e ainda 36,7% dos alunos permaneceram neste estado de inércia após ingressar na universidade.

A parca Educação Ambiental recebida pelos alunos parece não ter estimulado o acadêmico em administração a agir; 81,1% dos alunos parecem não praticar ação socioambiental alguma; 18,9% dos que especificaram sua ação, restringiram-se a separação do lixo.

Tão importante quanto a universidade na solução desse grave problema administrativo que envolve a sociedade, parece ser a iniciativa própria de cada indivíduo;

as maiores atribuições ao conhecimento socioambiental foram concedidas pelos alunos, em mesma proporção, à universidade e à iniciativa própria, com 29% cada do crédito para esse conhecimento. Logo em seguida a comunidade aparece com 22,2% do crédito ao conhecimento socioambiental, reforçando o fator da importância da coletividade para a mudança da sociedade. As empresas e o governo são as entidades que recebem a menor credibilidade pelo conhecimento socioambiental dos acadêmicos, que deveriam ingressar nos meios econômicos e políticos preparados para modificar essa realidade.

Conclui-se, então, tendo em vista as limitações da pesquisa e probabilidades de erro, aceitas dentro de uma pesquisa científica, que os reflexos da Educação Ambiental não estão sendo satisfatórios para o acadêmico de administração, e colocam em risco seu preparo no momento de enfrentar os desafios administrativos socioambientais que estão sendo postos ao ser humano no século XXI. O indivíduo que não recebe Educação Ambiental está pronto para agir à moda pós-industrial não sustentável. Dessa forma observa-se imperativa e urgente a necessidade de mudança na maneira com a qual a educação está sendo administrada para que se cumpra a lei nacional 9.795/99 e os direitos humanos internacionais, há muito estabelecidos, e se garanta a prosperidade da sociedade, juntamente com a qualidade de uma vida sustentável que proporcione a preservação dos próprios recursos que trouxeram o homem à vida.

Ao realizar a presente pesquisa constatou-se uma indefinição na utilização do termo “socioambiental” em diversas literaturas e, inclusive nos próprios livros que tratam o tema do meio ambiente perante a lei. O termo “socioambiental” substituiu constantemente o termo “ambiental” ou “meio ambiente” o que pode ocasionar algumas confusões de interpretação.

Outro possível tema de estudo poderia ser construído diante dos fatores que impedem o acadêmico a praticar as ações das quais ele toma consciência em serem necessárias; o que levaria a motivá-lo e a transformar seus pensamentos em ações.

Além disso, já que o estudo utilizou diferentes períodos com diferentes conhecimentos, seria interessante reunir informações homogêneas a cerca de mesmos períodos e apresentá-las de forma comparativa com outros períodos.

Finalmente, segundo Constituição Federal Brasileira vigente, a Educação Ambiental deve fazer parte de todos os níveis de ensino em todas as disciplinas, o que

*Daniel Ferreira dos Santos, Vitor Ribeiro de Carli, Aguinaldo Ferreira dos Santos, Michael Dias Correa e Tatiane Antonovz*

abrange todos os outros cursos além do curso de Administração. Seria de grande valia pesquisas envolvendo a questão socioambiental nos âmbitos educacionais de outros cursos, assim como de outras entidades de ensino, para proporcionar o entendimento de como a lei está sendo cumprida no Brasil.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição Federal. Lei 9.795, de 27 de Abril de 1999.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm)> Acesso em: 09/11/2010
- DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI.** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- MILARÉ, E. **Direito do Ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário.** 5ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.
- RANIERI, N. B. **Educação Superior, Direito e Estado: Na Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96).** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- RUIZ, J. A. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos.** 4ª ed. São Paulo: 1996.
- SAITO, C. H. In: **Educação Ambiental: abordagens múltiplas.** Org. Ruscheinsky, A. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- SANTOS, A. R. **Metodologia científica: a construção do conhecimento.** 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 1999.
- SOLANGE, A. **Educação superior no Brasil: análise do histórico recente (1994-2003).** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.